

BOFF, Leonardo. *Cristianismo: o mínimo do mínimo*. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 199.

Armando Rafael Castro Acquaroli*

Leonardo Boff, no rol dos mais renomados teólogos do país, novamente nos presenteia com um texto interessante. Com formação franciscana desde seu ingresso na Ordem dos Frades Menores (OFM), tem-se dedicado ao estudo filosófico-teológico, em cujas áreas doutorou-se no ano de 1970 em Munique, Alemanha.

Além de sua vasta referência de publicações, mais de setenta livros, muitos dos quais foram traduzidos para outros idiomas, é famoso por polêmicas com o Vaticano. Após a publicação do livro *“Igreja: Carisma e poder”*, várias vezes editado, foi punido com o silêncio obsequioso e, em seguida, deixou o ministério presbiteral. De mais a mais, é também um ícone na defesa dos direitos humanos e da ecologia e, junto com outros nomes latino-americanos, é propugnador e defensor da Teologia da Libertação.

Desta vez, com um pequeno livro dedicado aos cem anos do nascimento de seu pai, o autor quer *“dizer em poucas palavras o que pretende o cristianismo”* (p. 9). A síntese é baseada em seus mais de cinquenta anos dedicados à teologia. Na exposição, é fiel ao que se propõe, isto é, *“manter a dialética inerente à história, fazendo com que nela coexistam simultaneamente dimensões de luz e de sombras, o sim-bólico e o dia-bólico”* (p. 12).

Dividido em quatro capítulos, o livro não segue um esquema tradicional (fundamentos bíblicos, primeiras comunidades, Idade Antiga, Média, Moderna, Contemporânea) ao falar do cristianismo. Sua arguição é mais dinâmica. Parte da criação do mundo, passa pelas eras da Trindade, Jesus e o desenrolar histórico do movimento desencadeado pelos seguidores do Messias.

* Graduando do 3º ano de Teologia do ITESC, Instituto Teológico de Santa Catarina, Florianópolis, SC.



No primeiro capítulo, dividido em doze partes, por acaso ou não, número cujo conteúdo simbólico é significativo, trata de *Cristianismo e Mistério* (p.13-57). Após uma bela citação não referenciada, afirma que tudo é mistério, o que nos fascina e atrai e, ao mesmo tempo causa estranheza.

Ao abordar a “comunhão”, diz que no princípio está a comunhão dos Três (Pai, Filho e Espírito), não a solidão do Uno. A partir disso, na origem de todo ser já existe uma fonte de energia, “*um abismo amoroso no qual estão todos os possíveis elementos que alimentarão o universo a surgir*” (p. 22). Tal “*Energia de Fundo*” (p. 22), como o autor insiste em chamar, se inflacionou ao tamanho de um átomo e explodiu. Eis o Big-Bang. Esta é uma interpretação muito bela que conecta de modo exímio ciência cosmológica e fé no Deus Criador.

Com locuções envolventes, Boff nos transporta para os recônditos do universo, passando pelo surgimento do sol, o qual “*esposa a terra*” (p. 28). O curioso é que o proto-sol era chamado de *Tiamat* e, ao explodir, deu origem à atual estrela de quinta grandeza. Isso nos faz recordar, embora não assinalado pelo autor, o mito babilônico da criação, do qual a Bíblia judaico-cristã é herdeira. Além disso, dentre as muitas evoluções, que ocorreram ao longo de milhares de anos, uma das maiores foi a dos seres humanos. A partir deles, “*a terra deixa de ser simplesmente um planeta do sistema solar. Transforma-se em Gaia, Pacha Mama, Grande Mãe*” (p. 32).

Quando passa a avaliar o universo “por dentro”, usa uma expressão um tanto problemática: “*O universo é autoconsciente e carregado de propósito*” (p. 35). Embora o autor insista, no decorrer do livro, que não é adepto do panteísmo, afirmar que o universo é consciente soa estranho. Parece que o cosmo tem uma inteligência em si, mas essa inteligência não se confunde com o que lhe é diferente.

No processo de hominização, descrito de forma muito didática, o ser humano chega até o limiar do mistério. Então o próprio Mistério irrompe no mundo ao se humanizar. Nesse momento, “*o universo se fez o grande espelho no qual a Trindade se vê a si mesma. Ele se transformou no Templo sacrossanto que acolheu e hospedou a Trindade*” (p. 41).

O espaço escolhido para a encarnação foi Maria, oportunamente lembrada como Míriam de Nazaré, valorizando assim seu ambiente vital. Nesse tópico, o autor introduz um teologúmeno idiossincrático:



“*O espírito se fez mulher. A mulher se fez Espírito*” (p. 44). Ainda que a tese seja interessante, não é aceita como oficial.

Quando o assunto é Jesus de Nazaré, ressalta suas características que advêm da região na qual viveu: a Palestina. Dentre os elementos que mais apontam para o chamado “Jesus Histórico” está a expressão *Abbá-paizinho*. Não desconsidero seu caráter ímpar, corroborado por Boff: “*é a primeira vez que em nossa galáxia, em nosso sistema solar e em nossa Terra alguém tem consciência de ser filho de Deus-Abba.*” (p. 47) Não obstante isso, já no Antigo Testamento encontra-se a expressão Pai dirigida a Deus (2Sm 7,14; Sl 68,6; 103,13; Eclo 51,14...). O original, em Jesus, é a radicalização dessa experiência filial.

Interessante é o valor atribuído a José, o pai adotivo tantas vezes esquecido, devido ao seu silêncio na Bíblia. Nele “*o Pai projetou alguém que pudesse expressar seu caráter de mistério e de trabalhador em sua criação*” (p. 51). Em seguida, vem uma afirmação muito questionável ao dizer que José “*era viúvo com vários filhos que os evangelhos chamam de irmãos de Jesus (Jo 7, 3.5)*” (p. 51). Qual é o fundamento para tal asserção? Evangelhos apócrifos dependentes de Hegesipo (meados do séc. II) ou vice-versa? Não vale, antes, o que dizem Mateus e Lucas, que, se falam de “irmãos de Jesus”, jamais falam de “filhos de José”? No mínimo, o pressuposto usado pelo autor parece-me arbitrário.

Após apresentar brevemente a concepção bíblica do panenteísmo, isto é, quando “*Deus será tudo em todas as coisas*” (1Cor 15,28), inicia-se o segundo capítulo: “*Cristianismo e as eras da Santíssima Trindade*” (p. 59-78). A Primeira era é a do Espírito Criador, que enche a face da terra com o sopro da vida. Fiel ao gênero do hebraico *Ruah*, “*o Espírito despertou as dimensões femininas de Deus: o amor, o cuidado, a solidariedade, a sensibilidade por tudo o que vive...*” (p. 61)

Na Era do Filho, faz uma distinção entre o Cristo glorioso, *pan-tokrátor*, desenvolvido pelos teólogos gregos, e o Jesus de Nazaré, pobre e servo sofredor. Sem pretender um rompimento com a tradição, é preciso voltar ao Jesus histórico, seus ideais, sonhos, práxis... Já na Era paterna, o protótipo é o amor, a misericórdia, a acolhida do filho pródigo... Em José, tal figura é paradigmática, pois aponta para o trabalhador, silencioso, de mãos calejadas, pai exemplar... Na expressão de Boff: “*O pai se autocomunicou a José. Fez-se José*” (p. 77). O Pai também é o *Ignotus*



Deus das religiões diversas, sob diferentes nomes, mas acolhido como uma só realidade. Aqui poderia haver a citação do grande *insight* que teve São Paulo ao anunciar o Deus desconhecido (At 17,23).

No Terceiro capítulo, *Cristianismo e Jesus* (p. 79-145), abre-se outra perspectiva. Agora o foco é Jesus, o qual foi herdeiro de uma visão de mundo, de uma composição corporal, e de uma época peculiar. Tudo isso certamente o influenciou. Uma das correntes de então era a *apocalíptica*, para a qual o fim do mundo era iminente. Por conta disso, anunciou-se o Reino de Deus e não a Igreja. O autor apresenta uma curiosa hipótese segundo a qual o mundo seria violentamente atingido por um meteoro detectado pelos cientistas. Perante tal expectativa, a atitude não devia ser de desespero, mas de mudança de vida, pois “*apresenta-se a ocasião propícia para Deus, enfim, destruir o império da maldade e inaugurar o novo céu e a nova terra, o seu reino definitivo*” (p. 87).

Além disso, tece algumas considerações acerca do Reino, que não é um território, mas uma nova ordem das coisas. Não é só espiritual, mas engloba toda a criação. Não pode ser reduzido a algumas formas de poder, pois “*não é deste mundo, mas neste mundo*” (p. 94). O sonho do reino, porém, só é verdadeiro quando se torna prático, isto é, quando a prática do “*amor incondicional se torna o princípio organizador das relações entre as pessoas*” (p. 96).

Em seguida, trata do “Pai nosso”, como núcleo da mensagem de Jesus, junto com o “pão nosso”, no arco do sonho do Reino de Deus. E se perguntarem mais ainda sobre o mínimo do mínimo, diz Boff, “*devemos responder: Jesus quis trazer o Reino de Deus, ensinando que sentíssemos a Deus no íntimo, como Pai e mãe de bondade (Abba), e que juntos buscássemos o pão nosso*” (p. 103). Consequentemente, é mister lutar contra os malefícios do império da iniquidade, salvaguardando a sacralidade da vida. Junto com o clamor que sobe aos céus: “*Venha a nós o vosso reino*”, só nos resta “*crer e esperar*” (p. 145), pois não sabemos quando ele virá.

O quarto capítulo fecha a presente obra abordando “*Cristianismo e história*” (p. 147-185). Jesus deixou um *opus inconclusum*, isto é, como não veio o Reino em plenitude, ficou a Igreja e, logo, as Igrejas. Lembra, porém, que ambas as realidades não se confundem: “*O Reino é o principal; a Igreja, o secundário*” (p. 149).



Ao analisar a Igreja, diz que ela possui duas dimensões: a petrina e a paulina. A primeira, mais institucional; e a segunda, mais carismática. Ambas devem se equilibrar, mas o que muitas vezes ocorre é que o carisma é sufocado pela estrutura. Aos poucos, foram surgindo outros problemas históricos que geraram cismas irremediáveis, como o do Oriente, e a Reforma.

Quando fala mais explicitamente a respeito da Igreja católica romana, um dado interessante é que ele diz “*por ser aquela na qual nos inscrevemos*” (p. 156). Por isso, ao contrário do que dizem alguns, Boff ainda se considera católico! Tal Igreja, por circunstâncias históricas, aliou-se ao poder político já na época imperial romana. Daí em diante, muitas outras iniciativas tiveram caráter de vinculação com os poderosos e não com os pequenos. Assim, afastou-se de seu carisma inicial, e fortaleceu sua instituição. O preço por isso, que chega a ser patológico, são as frequentes “*disputas, conflitos e guerras com outros portadores de poder; ora aliando-se a eles, ora depondo-os de seu trono e excomungando-os*” (p. 162-163).

Não obstante isso, ao lado do cristianismo poderoso sempre houve o popular, diante do qual o autor assume uma postura bem positiva. Mesmo com seu limites, “*é festeiro, acompanhado de santos e santas protetores, cheio de cores, danças, bebidas e comidas*” (p. 167). O que não se pode esquecer, em meio a tantas falhas dos cristãos historicamente condicionados, são os grandes valores que o cristianismo trouxe consigo à civilização. Isto se expressa na ciência, música, espiritualidade, celebração, arte, literatura, poesia e imagens virtuais. Porém, sua contribuição mais elevada reside nos vários testemunhadores da Boa-Nova ao longo da história, elencados desde Orígenes até Paulo Freire, destacando-se os mártires.

Por fim, sob a expressão “*Et tunc erit finis*” (p. 187) conclui-se o livro apresentando 13 pontos para reflexão. Após uma agradável leitura, a sensação que se tem é de que o cristianismo é realmente belo e significativo para a atualidade. Certamente, com esta rica síntese, tanto para os que já seguem Jesus, quanto para os que não O conhecem “*pessoalmente*”, eis uma grande oportunidade alvissareira.

Apesar de ser muito interessante, o livro não traz novidades não-boffianas, visto que parece ser uma síntese – aliás, aí está o seu mérito – de elementos apresentados em outros textos de Leonardo Boff. Isso se percebe inclusive nas indicações de leitura (20 livros do autor). Carece também de uma boa revisão de concordância verbo-nominal, de preposições, artigos,



pronomes e de digitação. Do jeito como está, tenho a impressão, devido às dezenas de erros, de que o texto é um rascunho que não foi revisado.

Uma boa opção metodológica foi, ao citar expressões aramaicas, hebraicas, gregas e latinas, sempre traduzi-las. Devido a esse fato, mesmo ao leitor pouco familiarizado com tais vocábulos, é possível compreender, ao menos, algum alcance semântico. Além disso, suas críticas, sempre tão cítricas à Instituição, mas muitas vezes razoáveis, diminuíram. Talvez a idade mais provecta lhe tenha dado condições de analisar a situação, na qual a Igreja se encontra, com mais misericórdia. Enfim, é um livro cuja leitura é muito recomendável.

Endereço do recensor:

Instituto Teológico de Santa Catarina – ITESC

Caixa Postal 5041

88040-970 Florianópolis, SC



Equipe Editorial Ave Maria (org.). *CHAVE BÍBLICA CATÓLICA*. São Paulo: Edit. Ave Maria, 2012, 21 x 14cm, 496 pp.

*Ney Brasil Pereira**

Há muitos anos, com grande proveito, uso a “Chave Bíblica” da Sociedade Bíblica do Brasil. Para pesquisas mais completas, sirvo-me da “Concordância Bíblica”, da mesma SBB. Como explica o Prefácio desta “Concordância Bíblica”, a primeira edição da “Chave Bíblica” data de 1960, seguida de uma segunda, em 1966, e de uma terceira, em 1970: esta, com 511 páginas, sucessivamente reeditada. O texto por elas empregado, é o da clássica tradução de João Ferreira de Almeida, edição revista e atualizada.

A lacuna que nós, católicos, nelas encontramos, é a opção pelo texto protocanônico, com exclusão dos sete livros deuterocanônicos, que a tradição protestante chama de “apócrifos”. São eles: Tobias, Judite, 1-2 Macabeus, Baruc, Eclesiástico (Sirácida), e Sabedoria de Salomão. Desde a primeira “tradução ecumênica” da Bíblia, na década de 70, esses livros têm sido novamente incluídos no cânon do Antigo Testamento.

O que é que se esperava, então, de uma “Chave Bíblica Católica”? Com esse título de “Chave Bíblica”, e com o adjetivo de “Católica”, eu esperava uma obra similar à da SBB, mas baseada numa tradução católica. No caso da Editora Ave Maria, uma “Chave Bíblica” baseada na “Bíblia da Ave Maria”, tradução católica muito popular no Brasil, que naturalmente inclui os deuterocanônicos.

Quando recebi a notícia e propaganda dessa “Chave Bíblica Católica”, nem me preocupei em examinar primeiro um exemplar, e logo encomendei 15 exemplares, de saída, para os alunos do nosso Instituto Teológico, ITESC, hoje Faculdade Católica de Santa Catarina, Facasc. Chegada a encomenda, a decepção! Apesar das 496 páginas, não era uma “Chave Bíblica”, mas um Glossário, ou Vocabulário Bíblico... isto é, outra coisa que o esperado!

É claro que, da parte católica, temos real dificuldade em preparar uma “Chave Bíblica”, por causa da multiplicidade das nossas traduções.

* O recensor é Mestre em Ciências Bíblicas, e Professor na Faculdade Católica de Santa Catarina, em Florianópolis, SC.



Não temos um “clássico” como o Almeida. Mesmo atualmente, com o lançamento da Bíblia da CNBB já em 2001, seu texto está ainda sendo revisto. Seja como for, se formos esperar até esse texto “definitivo”, não teremos tão cedo uma verdadeira “Chave Bíblica” católica. Contentemo-nos, então, com uma “Chave Bíblica” de uma editora católica, baseada na tradução de sua preferência, como já disse acima. Mas que seja, realmente, uma “Chave Bíblica”, não um “Glossário”.

Isso não quer dizer que esta “Chave Bíblica católica” não tenha valor. Claro que tem. Como o subtítulo explica, ela vem “com acepções e contextualização dos verbetes” e “com reprodução ampliada das passagens bíblicas”. Como diz a contracapa, ela é “um guia para a leitura e pesquisa bíblica”. Com ela, o leitor “encontrará facilmente passagens bíblicas para a preparação de palestras, pregações e homilias, e também para seus estudos pessoais”.

Possa, então, esta “Chave Bíblica Católica” alcançar o objetivo que seus editores visaram, e realmente contribua para o melhor conhecimento das Escrituras, pois “nelas se encontra a Vida Eterna, que é o próprio Cristo” (cf. Jo 5,39). Apesar de tudo, ela ainda não preencheu a lacuna de uma verdadeira “Chave Bíblica” (não sei se precisa o adjetivo “católica”) que inclua os deuterocanônicos.

E-mail do recensor:
ney.brasil@itesc.org.br



POYARES DOS REIS, Sara Regina. *IGREJA NOSSA SENHORA DO DESTERRO, a Matriz de Florianópolis*. Florianópolis: Papa-Livro, 2012, 122 p.

*Ney Brasil Pereira**

Esprei ansiosamente o lançamento deste livro da competente historiadora Sara Regina Poyares dos Reis, obra que devia marcar o início das comemorações dos 300 anos de criação da paróquia de N. Sra. do Desterro, em Florianópolis, mas que, de fato, foi lançada três dias depois, no Palácio Cruz e Souza. Publicado sob os auspícios do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, o livro conta com o Proêmio “*O Templo no Tempo*”, assinado por Augusto César Zeferino, Presidente do referido IHGSC. Edição primorosa, da editora local Papa-Livro, encadernada, com magnífica reprodução da foto da igreja-matriz na capa.

O Prefácio, de Valter Manoel Gomes, da Academia Desterrense de Letras e também membro do IHGSC, assinala que a autora “soube selecionar as decisões que se transformaram em fatos e, de maneira bem clara, ofereceu significado humano à história de um templo: a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Desterro. Sem deixar de criticar severamente, Sara Regina oportuniza, para o leitor, a emoção de admiração e de amor pelo trabalho de tantos e pela beleza do objeto” (p. 13).

O livro, excelentemente documentado, tem 132 notas de rodapé, além do elenco de cerca de 50 obras ou coleções consultadas (pp. 106-108). Grande riqueza documental são também as “Plantas e fotos da Igreja”, incluindo as plantas originais de Silva Paes, datadas de 1748 e conservadas no Arquivo Histórico ultramarino de Lisboa (pp. 109-11). Entre as fotos e gravuras, algumas coloridas, destaca-se o “primeiro documento iconográfico da Matriz”, desenhado por Duché de Vancy, em 1785 (p. 117), e também a aquarela de Vitor Meireles, ainda adolescente, de 1846 (p. 120).

O texto da autora começa na p. 17, com o cap. 1º, dedicado aos “Antecedentes” da fundação de Dias Velho (pp. 17-21). Precede-o belo soneto de J. Batista Crespo, publicado em 1954, com o título “Nossa Senhora do Desterro” (p. 16). O cap. 2º, mais longo (pp. 22-32), estuda a

* O recensor é Mestre em Ciências Bíblicas, membro da Academia Desterrense de Letras, e professor na FACASC/ITESC.



“fundação da Póvoa”, dando conta da dificuldade documental de definir as datas, muito discutidas pelos vários historiadores. Assim, quanto à data da morte de Dias Velho, discute-se se ocorreu em 1687, 1689, ou 1692. Esta última data é referendada por Pedro Taques, o “historiador que mais perto chegou dos documentos originais”, escrevendo apenas meio século após a morte do fundador (p. 29). Morte trágica, que Taques considera verdadeiro martírio, porque infligida enquanto Dias Velho tentava defender da profanação as “sagradas imagens” (p. 23). Quanto à “data da chegada de Dias Velho à Ilha e a época de construção da capelinha”, a autora afirma não termos condições de decidir (pp. 31-32).

O cap. 3º tem por título “Sobre a primitiva igreja”, ou ermida, de Dias Velho (pp. 33-37), precedida de um “cruzeiro de pedra”, datado de 1651. Essa “primitiva igreja” tornou-se paróquia quando? É outra data discutida: 1713? ou 1712? Em todo caso, a paróquia atual optou pela primeira data, para a comemoração dos seus 300 anos. A propósito, são quase 50 anos depois da criação da primeira paróquia catarinense, a de N. Senhora da Graça, em São Francisco do Sul, em 1665. Em 1723, Desterro é elevada a “vila”, desmembrando-se de Laguna. Em 1730, é elevada à condição de “Vigararia colada” (não “*Vigairaria*”, p. 35). Na penúltima alínea da p. 35 há algum equívoco na referência ao Pe. Paiva, o Arcipreste, que viveu em meados do séc. XIX, e não pode ter organizado o *Livro de Tombo* da Matriz “em 1727”: parece que há uma vírgula mal colocada.

O cap. 4º trata de “A Igreja de José da Silva Paes”, fruto da solicitação deste “primeiro governador da Ilha”, “brilhante engenheiro militar português”, aqui chegado em 1739. Recebida em 1748 a provisão do rei de Portugal, Dom João V, Silva Paes dá início à construção, segundo suas próprias plantas, e deixa a Ilha em 1749. O governador seguinte assenta a “pedra fundamental” em 1750 – “para colocar seu nome na obra já em andamento”, comenta a autora – e as obras de acabamento “vão-se arrastando por quase 30 anos” (p. 39). A partir do exame das “plantas e alçados”, conservados no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, a autora defende a tese de que “a Matriz do Desterro data mesmo de 1748, e que apenas a continuação das obras e a decoração interna, altares etc, é que vieram a ser realizadas no decorrer das décadas posteriores” (p. 43, em cima). “Infelizmente”, insiste a autora, “com a sua planta original descaracterizada” (p. 45 em cima).

“A Igreja, a Vila e o que delas se mostrou”, é o título do cap. 5º, dedicado aos registros dos “antigos visitantes que passaram pela Ilha de



Santa Catarina”. O “primeiro desenho iconográfico” da Igreja Matriz é o realizado por Duché de Vancy em 1785 (p. 46), conforme já mencionado acima. Há também uma gravura de Zimmermann, de 1808 e, mais conhecido, o “óleo sobre tela” de Joseph Brüggemann, de 1866. De 1820 temos a descrição da cidade e da “igreja paroquial” segundo o famoso viajante Auguste de Saint-Hilaire. Pela mesma época, outros viajantes, como John Mawe e Louis Isidore Duperrey, deixaram-nos suas impressões (pp.49-50). Ambos falam na “Catedral”, título que a igreja de N.S. do Desterro ainda não tinha, pois só ia recebê-lo em 1908, quando da criação da diocese de Florianópolis. Na p. 50, a autora dá interessante detalhes sobre a aquarela do então adolescente, ilhéu, Victor Meirelles de Lima, “no futuro, um dos gênios da pintura brasileira do século XIX”.

No cap. 6º, a autora aborda “a Matriz e o Plano urbano no século XIX – obras, fatos, acontecimentos”. É óbvio que a cidade nasceu a partir da ermida, depois igreja matriz de N.Sra. do Desterro, com o Largo que chegava até à rua da praia, e suas transversais. A mim, pessoalmente, na minha qualidade de regente do Coral da Catedral, chamou-me a atenção a notícia sobre Missas cantadas e *Te Deums*, p. ex. em 1767, por ocasião do nascimento do Infante português, e em 1801, pelo casamento do mesmo Infante. Não entendi a informação da autora sobre a “festa solene de *São Exposto*” (p.55): seria *Corpus Christi*, então, “Santíssimo Exposto”? Na p. 56, várias notícias sobre reformas na igreja, com recorrentes problemas de conservação, em meados do séc. XIX. Em 1858, em janeiro, segundo notícia do jornal “Argos”, houve solene festa de Santa Cecília, padroeira dos músicos, com direito a panegírico do Arcipreste Paiva, “brilhante orador”, e participação da “Associação Musical” que, à noite, após a Ladainha, foi saudar o Padre com uma serenata em sua residência, repetindo a dose na residência do mecenas Dr. Raposo de Almeida (pp. 59-60).

Na p. 61, a autora reproduz interessante notícia do jornal “A quinzena”, de 2-2-1862, sobre as exéquias de Dom Pedro V, de Portugal, solenizadas na Matriz inclusive com o “*Dies Irae*” de Mozart !. Este, executado por uma orquestra (e coro?) de “32 professores e amadores, entre os quais, algumas jovens catarinenses”... Essas, e outras notícias semelhantes, confirmam-me na suposição de que, desde o séc. XVIII, a nossa Igreja do Desterro deve ter produzido boa música sacra, a qual porém espera ainda por um pesquisador. Comovente a notícia do falecimento e sepultamento do estimadíssimo Pe. Paiva, em 29-01-1869, com 50 anos de idade inconclusos, segundo notícia do jornal “O Mercantil”, de 31-1-1869 (pp. 63-64). Na p. 64, a referência ao testamento do Arci-



preste menciona seu desejo de ser sepultado “*com alva e casulo*”: deve ser “*casula*”, não “casulo”.

Ainda quanto à Matriz, sua “primeira grande reforma”, segundo a autora, deu-se entre os anos 1870-1872. Ela fala na “terrível guerra de personalidades” entre os profissionais da Província, quanto à participação nas obras. Note-se que, bem pouco depois, em 1875 e 76, e também entre 1877-78, fala-se novamente de concertos necessários...

Um breve capítulo, o 7º, aborda os “Enterramentos na Matriz” ou no seu entorno, até que a Lei Provincial 137, de 22-4-1840, proibia “terminantemente” essa prática, já deplorada por Jerônimo Coelho em 1832 (p. 74). Passava a funcionar o “Cemitério Público, situado no Morro do Vieira, no caminho do Estreito”, segundo o historiador Osvaldo Cabral. Outro breve capítulo, o 8º, é dedicado a “Nossa Senhora do Desterro – o culto e a imaginária”. É interessante a distinção que a autora faz dos dois momentos do “desterro”: *a fuga*, representada por Maria com o menino ao colo, no lombo de um burrinho conduzido por José, e a *volta* do Egito para Nazaré, com o menino já andando com seus próprios pés. Em nossa Catedral temos agora os dois momentos, um vis-à-vis do outro, no centro da parede de ambas as naves laterais: o conjunto admirável de Demetz, vindo da Áustria em 1902, por iniciativa do Mons. Topp, e o conjunto mais antigo, representando a volta do desterro, “com características do barroco *setecentista* ou do início do *oitocentos*”, “provavelmente vindas da Bahia” (p. 77). Esse conjunto esteve por 50 anos afastado da Catedral, doado que foi pelo Arcebispo Dom Joaquim ao Museu de Azambuja, inaugurado em 1960. Felizmente, retornou à sua casa. Na p. 78, a autora tece interessantes considerações entre a possível relação entre a devoção à Senhora do Desterro e os “desterrados”: às vezes, desterrados por sentença judicial, como os fundadores de Jundiá; mais vezes, “desterrados” nas suas andanças, como os bandeirantes, aos quais aliás se liga o nosso Dias Velho.

O último capítulo, o mais alentado (pp. 79-105), intitula-se “A Matriz no século XX”. A autora começa reproduzindo um *inventário* da Igreja, elaborado em 1902 pelo então vigário Pe. Francisco Xavier Topp, um missionário alemão de grandes méritos para a cidade. Entre outras benemerências, ele foi o principal articulador da criação da diocese, que elevou a Matriz ao stáтус de Catedral, em 1908. Algumas observações sobre o inventário: 1) na primeira linha da p. 80, o termo “pálio” está indevidamente grafado como *paleo*; 2) no item 8, menciona-se um “órgão”: deve ter sido um *harmônio*, pois o atual órgão de tubos foi instalado só



em 1924; 3) no mesmo item 8 mencionam-se 26 “casulos”, mas deve ser “*casulas*”, o paramento colorido e bordado que cobria a alva do padre. Outro pequeno equívoco na p. 81, na penúltima alínea: a imagem é de São Vicente de Paulo (não “*de Paula*”), embora o Santo padroeiro da antiga matriz de Canasvieiras seja São Francisco de Paula (não “*de Paulo*”). Interessante, no final da p. 81, as duas alternativas da origem da cadeira episcopal que se encontra ainda no lado direito da ábside.

Quanto à capelinha de N. Sra. da Conceição, inaugurada em 1907 nos fundos da atual Praça Getúlio Vargas, a autora comenta que ela foi demolida na década de 70, “sem qualquer respeito à nossa história” e substituída por outra, “maior, é verdade, mas de péssimo gosto e em outro local” (p. 82). Infelizmente, não se trata de apenas uma “capelinha antiga destruída”, mas de tantas outras edificações da antiga Desterro/ Florianópolis, tantas vezes “tombadas” pelo Patrimônio Histórico até que tombem de vez e assim possam ceder lugar a outro espigão. Na p. 83, em baixo, dá-se como data de criação da diocese de Santa Catarina o mês de novembro de 1907, mas a data oficial da Bula respectiva é 19-3-1908. Na p. 84, a autora dá justo relevo à sua participação, como Professora da UFSC, na “defesa histórica” da ação de Usucapião, movida pela Cúria Metropolitana em 1977, para a legalização do terreno onde se encontra a Catedral.

Em 1920, uma “Mensagem” do Governador Hercílio Luz anuncia a construção da “futura catedral” como uma “contribuição do Estado para as comemorações da Independência”. De fato, não se tratava de “uma nova igreja”, como comenta a autora, mas da “ampliação do velho templo, já pequeno...” (p. 86). No ano do centenário, 1922, o papa Pio XI declara Santa Catarina como padroeira da diocese, que então abrangia todo o Estado.

Declarou-a também co-titular da catedral, junto com N. Sra. do Desterro, a qual não “perdeu assim o seu lugar”, como comenta a autora, mas o codividuou com a Santa Mártir (p. 86 em baixo). Quanto à grande reforma e alargamento da Catedral, inaugurada solenemente no Natal de 1923, assim comenta a autora: “... a grande reforma, ou reconstrução, como aparece em documentos da época, causou a quase total descaracterização do templo original, o qual foi preservado externamente por fotografias e pinturas; do seu interior, porém, quase nada ficou registrado fotograficamente, da época anterior ao ano de 1922” (p. 87).



Em 1924, em agosto, o benemérito Mons. Topp benzeu o novo órgão de tubos, vindo da Alemanha, ainda solenizando nossas liturgias. Em setembro de 1931 foi inaugurada a “nova pintura da capela-mor”, realizada pelo pintor local Acari Margarida. Em julho de 1938, novos trabalhos de pintura e decoração, assumidos pelo decorador Manoel Rovira e o pintor Crispim Crespo (p. 95), preparando a Catedral para os festejos do jubileu de prata episcopal do Arcebispo Dom Joaquim no fim de maio do ano seguinte, quando se realizou em Florianópolis o 1º Congresso Eucarístico Estadual. Na p. 96, a autora manifesta a sua estranheza pela notícia de tantas “reformas, reconstruções, consertos”, “tantos problemas de conservação em tão curto espaço de tempo”... Na p.98, em cima, lê-se “harmônico” onde devia estar escrito “harmônio”, o instrumento musical que substituíra, quando necessário, o grande órgão de tubos. Em 1948, inauguraram-se os magníficos vitrais em ambas as naves laterais.

Na década de 70, como informa a autora, “ocorreu a última grande transformação da Catedral”. Pensou-se numa “nova Catedral”, no aterro, mas a ideia não vingou. Em junho de 1974, teve início, por conta da firma “Ceísa” (p. 100), a “reforma interna”, que resultou no encobrimento das pinturas do interior. No livro de Tombo da paróquia encontra-se uma carta-relatório, assinada pelo arquiteto Grubba, justificando essa decisão, por se tratar de “desenhos decorativos que, além de pobres na combinação das cores, dão um aspecto lúgubre devido aos tons escuros...” (p. 101). A autora, porém, entendendo que nada justifica “a retirada da pintura original” (de quando? não é da década de 30?), classifica de “nova destruição da Catedral” o que foi inaugurado no Natal de 1975. A autora omite, por não tê-la encontrado no Livro do Tombo, a referência à reforma de 1995, que recuperou belamente os altares e restaurou o órgão de tubos, dotando-o de uma console instalada na ábside, console infelizmente retirada na “restauração” em curso.

Neste ponto, o recensor, que viveu pessoalmente toda essa história da Catedral desde o fim da década de 30, e que, bem ou mal, prezava aquelas pinturas, expressa a sua opinião. Senti verdadeiro alívio com o seu encobrimento: a luminosidade do “tom azul bem claro e fosco”, praticamente branco, fez ressaltar a verdadeira riqueza da Catedral, que são os seus altares de talha com os frisos dourados. A propósito: de quando datam esses altares? quem os talhou? Infelizmente, a restauração atual, a cargo da “Concrejato”, e supervisionada pelo IPHAN (?), deixou os altares sem os frisos dourados, insistiu em recuperar a cena da entrega



das chaves a São Pedro, acima do arco central de pedra, com aquela barra vermelha que quase o encobre, e deixou inacabadas, como peças de museu, as superfícies complementares que tinham as efigies de quatro Santas. Ora, a Catedral de N. Sra. do Desterro e Santa Catarina não é museu, mas uma igreja viva, onde os fieis se reúnem em celebrações diárias de manhã, ao meio dia e à tardinha, além de tantos que diariamente a freqüentam ou visitam. Um detalhe, também do recensor: a autora, devidamente, ao noticiar as reformas na igreja/Catedral, registra os custos, que constam nos arquivos. E os custos da atual restauração? Até agora, não os vi publicados em parte alguma...

Chegando ao final desta recensão, cito literalmente o juízo, bastante negativo, da autora: “Após todas as reformas por que passou em seus mais de 250 anos, a vetusta Igreja Matriz da capital catarinense é, hoje em dia, uma construção sem estilo definido; perdeu a beleza singela daquela construção jesuítica colonial e tornou-se um amontoado de espaços que parecem se contradizer, a lutar por suas prioridades, tentando sobreviver em meio ao caos em que os homens transformaram sua História e memória. Nossa Catedral não é bonita; linda é a sua História, porque a sua História também é a nossa!” (pp.103-104). Quanto a mim, respeitando a opinião da autora, mas questionando – como o fiz acima – o resultado atual da “restauração” em curso, ousou dizer que a nossa Catedral, apesar de tudo, “é bonita, sim”, pelas joias que ainda conserva: os altares, as imagens históricas, o som do canto da assembléia, quer do povo, quer do Coral, acompanhados pelo órgão quase secular e reboando em suas arcadas...

Na última frase do seu texto (p. 104), a autora considera “humilde” este seu trabalho, a meu ver precioso, “sobre a velha Matriz”. E arremata com um texto poético anônimo, encontrado em recorte de jornal, sem referência cronológica:

*“Rijas tempestades, rudes ventanias, duros aguaceiros
fustigaram aquela construção heróica através de anos,
sem que ela se perturbasse na sua inalterável fortaleza.
É uma velhice triunfante, que assistiu ao nascimento e à prosperidade
do que hoje é uma linda cidade, penetrando os anos à beira das águas
atlânticas.
A velha Catedral...”*

E-mail do Recensor:
ney.brasil@itesc.org.br